



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa  
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE  
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

**INFORME BRASIL Nº 10/2017**

Período: 08/04/2017 – 14/04/2017

**GEDES - UNESP**

- 1- Promotoria de Direitos Humanos solicitou veto à nomeação da Ponte das Bandeiras
- 2- Marinha rebateu as acusações feitas aos projetos Prosub e EBN
- 3- Periódico recordou ações do Exército durante construção de rodovia
- 4- Ministério da Educação considerou empregar as Forças Armadas para a distribuição do Exame Nacional do Ensino Médio
- 5- Periódico comentou questões de gênero nas Forças Armadas
- 6- Ministério da Defesa não realizou pesquisa da Unasul sobre as militares brasileiras
- 7- Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança (PNA) foi criticado por especialistas
- 8- Reforma da Previdência para militares será similar à de civis
- 9- Missão de paz no Haiti encerrar-se em 2017
- 10- Cenipa concluiu relatório sobre acidente aéreo envolvendo filho de governador

1- Promotoria de Direitos Humanos solicitou veto à nomeação da Ponte das Bandeiras

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a Promotoria de Direitos Humanos solicitou ao prefeito da cidade de São Paulo, João Doria, que seja vetado o projeto que acrescenta o nome do senador Romeu Tuma à Ponte das Bandeiras. A promotoria alegou que, durante o regime militar (1964-1985), Tuma esteve envolvido em violações de direitos humanos. (*O Estado de S. Paulo – Metrópole – 08/04/17*)

2- Marinha rebateu as acusações feitas aos projetos Prosub e EBN

Conforme o periódico *O Estado de S. Paulo*, a Marinha do Brasil rebateu as críticas ao atraso do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e as acusações de dinheiro não contabilizado na construção do Estaleiro e Base Naval (EBN) de Itaguaí, região metropolitana do Rio de Janeiro. O programa, dois anos atrasado, é uma parceria entre Brasil e França e prevê a construção e manutenção de cinco submarinos, entre eles o primeiro modelo a propulsão nuclear do país, bem como a construção de um estaleiro para os submarinos. Segundo o periódico, o Prosub está sob investigação da Operação Lava Jato por

incluir a Odebrecht na construção do EBN, cujo aumento de R\$ 406 milhões no orçamento é acusado de se destinar ao financiamento de campanhas eleitorais do ano de 2014. A Marinha afirmou que o aumento orçamentário deve-se à necessidade de dragagem na região, e que o atraso no Prosub advém da complexidade do programa e do contingenciamento do ano de 2015, e não das investigações da Operação Lava Jato. O Prosub é o maior projeto das Forças Armadas, com um montante de R\$ 30 bilhões em investimento. (O Estado de S. Paulo – Política – 08/04/17)

### 3- Periódico recordou ações do Exército durante construção de rodovia

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a construção da rodovia BR-174, no estado de Roraima, pelo Exército brasileiro, implicou em vítimas da etnia Vaimiri-Atroari. O caso foi levado por representantes da etnia à Comissão Nacional da Verdade no ano de 2014. Os indígenas afirmaram que famílias foram mortas após serem atingidas por bombas e incêndios à época da abertura da rodovia. O fundador do Conselho Indigenista Missionário, Egydio Schwade, ao comentar o bloqueio diário do trecho da rodovia na área da reserva indígena, afirmou que os motivos que levaram o regime militar (1964-1985) a estabelecer horários de abertura para a rodovia “não foram tão nobres quanto os Vaimiri-Atroari têm hoje”. Segundo Schwade, o motivo do fechamento foi impedir a entrada de jornalistas, antropólogos e pessoas ligadas ao movimento indígena na área, cujo objetivo era isolar os índios. O único órgão com permissão de entrar na região era a Fundação Nacional do Índio (Funai). O Exército afirmou que transferiu a responsabilidade pelo bloqueio diário da rodovia ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, a partir da década de 1990. A Fundação Nacional do Índio, contudo, afirma que a função de bloquear as estradas foi transferida aos indígenas que habitam a região. (Folha de S. Paulo – Poder – 09/04/17)

### 4- Ministério da Educação considerou empregar as Forças Armadas para a distribuição do Exame Nacional do Ensino Médio

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Ministério da Educação (MEC) considerou requisitar auxílio às Forças Armadas para a distribuição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que ocorrerá no mês de novembro. A intenção do MEC é empregar os recursos logísticos do Exército e da Aeronáutica para distribuir as provas. *O Estado* apontou o recorrente emprego das Forças Armadas para missões que divergem de seu objetivo primário. (O Estado de S. Paulo – Política – 09/04/17)

### 5- Periódico comentou questões de gênero nas Forças Armadas

O jornal *Correio Braziliense* abordou a presença da mulher nas Forças Armadas Brasileiras, indicando que a primeira turma de 32 jovens meninas iniciou, em 18/02/17, o treinamento de um ano na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX), 5 anos após a sanção da lei 12.705, que determinou ao Exército Brasileiro, nesse prazo, o ingresso “na linha de militar bélica de ensino de candidatas do sexo feminino”. Um servidor do Ministério da Defesa não identificado afirmou ao *Correio* que “o militar brasileiro acha que a mulher não tem condições de ocupar as armas combatentes” e acrescentou que “há

mulheres em posição de comando e na linha de frente de batalha no mundo todo, mas, no Brasil, a visão ainda é muito conservadora”. O servidor informou que o Exército “fez somente a parte logística, reformando prédios e banheiros, mas não houve preparação cultural dos professores e cadetes. Não foram criadas instituições típicas para tratar de casos que envolvam as mulheres, por exemplo, denúncias de assédio sexual”. A Instituição confirmou a ausência de um órgão interno que trate de assuntos especificamente ligados a militares do sexo feminino, porém ressaltou que as mulheres sempre tiveram espaço e respeito dentro da corporação. Uma integrante da primeira turma feminina da Academia da Força Aérea (AFA), iniciada em 2003, identificada pelo nome fictício de Bárbara afirmou que a decisão de criar uma turma só de mulheres parece ter sido atabalhoada. Afirmou que foi uma decisão vertical que teve muita exposição publicitária a fim de mostrar um exemplo, porém, na realidade as mulheres foram tratadas como intrusas. Bárbara também declarou ao jornal que sentiu muito preconceito e relatou como exemplo o exercício de flexões: “antes, quando as mulheres eram apenas da intendência, elas faziam com joelho no chão, mas, quando ‘inventamos’ de querer ser iguais aos homens, passaram a cobrar sem o apoio dos joelhos. Os instrutores pegavam pesado e diziam querer ver a gente chorando para nos colocar no nosso lugar de ‘mulherzinha frágil’”. O *Correio* afirmou que a presença de mulheres nas Forças Armadas é um tema carregado de dificuldades e preconceitos, e citou que, atualmente, as mulheres representam 7,6% do efetivo total de militares brasileiros — 28 mil em um universo de 368 mil. O ingresso das pioneiras nas Forças Armadas se deu na Marinha, em 1980, e na Força Aérea Brasileira, dois anos depois. A Marinha abriga o maior contingente feminino, com 10.892 mulheres. Apesar da inclusão, o posto máximo para uma militar é previamente definido: segundo o próprio site da instituição, as mulheres oficiais têm acesso aos postos de oficial-general a vice-almirante. “O principal problema é que, para se chegar ao topo da carreira, é necessário fazer academia. Todos os chefes da instituição vieram das academias e não tem hipótese de se chegar aos cargos de direção sem ser oficial de armas combatentes. Há uma relutância histórica dentro das Forças Armadas em abrir espaços para o público feminino. E o efeito prático de não se ter mulheres em postos de chefia é que as instituições vão ficando muito distantes da sociedade e da evolução contra o machismo”, comentou ao jornal um capitão do Exército que preferiu não se identificar. De acordo com o *Correio*, com o recente ingresso das mulheres nas academias, o país abre a possibilidade de uma mulher alcançar o topo da carreira em, aproximadamente, 30 anos. (*Correio Braziliense* – Política – 10/04/17; *Correio Braziliense* – Opinião – 14/04/17)

#### 6- Ministério da Defesa não realizou pesquisa da Unasul sobre gênero nas Forças Armadas brasileiras

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, um questionário qualitativo sobre a condição das mulheres militares na América do Sul não foi realizado pelo Ministério da Defesa brasileiro. O estudo foi encomendado em 2015 pelo Centro de Estudos Estratégicos de Defesa do Conselho de Defesa Sul-Americano (Ceed-CDS), órgão da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), mediante compromisso de seus 12 países-membros pela igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. Segundo fontes do *Correio*, a recusa do

Ministério em iniciar o levantamento dos dados retarda a finalização do relatório e causa constrangimento no órgão, uma vez que os demais países já enviaram seus resultados. O Brasil, quantitativamente o maior peso do continente, alega não ter aprovado o conteúdo das perguntas. (Correio Braziliense – Política – 11/04/17)

#### 7- Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança (PNA) foi criticado por especialistas

O periódico *Correio Braziliense* comentou a repercussão do Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança (PNA), divulgado há um mês pelo governo federal. O plano, lançado 17 anos após a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), assume o compromisso de inclusão das mulheres brasileiras nas missões de paz. O Ministério da Defesa considera o projeto um grande avanço, pois, ainda que gradativo, permite o acesso feminino a todas as áreas das Forças Armadas. Na opinião da pesquisadora Suzeley Kalil Mathias, no entanto, “o Brasil tardou muito em fazer, e é algo mais para inglês ver. Não tem ações afirmativas internas, caminhos, objetivos ou prazos. É importante que ele tenha saído, mas ficou tudo muito vago”. O *Correio* expôs, ainda, a opinião da tenente-coronel da reserva da Polícia Militar do Distrito Federal, Denise Dantas de Aquino, participante de missão de paz, no Timor Leste em 2008, e em Guiné-Bissau, em 2012. Segundo Dantas de Aquino, a Resolução 1325 “é a nossa carta quando chegamos nas missões, uma espécie de lei Maria da Penha internacional” e o PNA, apesar de ter demorado muito em sua opinião, denota o real comprometimento do Brasil. (Correio Braziliense – Política – 11/04/17)

#### 8- Reforma da Previdência para militares será similar à de civis

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou que o governo quer os termos propostos para a reforma da Previdência da categoria militar o mais próximos possível daqueles para o restante da população, mas que as particularidades da profissão ainda serão contempladas. De acordo com o ministro, a proposta para os militares está em fase de elaboração e será votada no Congresso posteriormente. Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o governo pretende rever o tempo de contribuição dos militares, aumentar a idade mínima de aposentadoria e a alíquota de arrecadação para 11%, medidas contestadas pelas Forças Armadas, que alegam que o envelhecimento nas fileiras dos quartéis contribuirá “para a falta de energia e vigor exigidos da tropa e do pessoal”. Estimativas do governo são de que a reforma da Previdência dos civis seja aprovada no primeiro semestre de 2017 por meio de Proposta de Emenda à Constituição (PEC), enquanto a reforma dos militares será encaminhada ao Congresso Nacional em agosto por meio de projeto de lei. As Forças Armadas alegam que o rombo na previdência em decorrência da categoria é de R\$13 bilhões, ao contrário dos R\$ 34 bilhões divulgados pelo Ministério da Fazenda, e que estão trabalhando para uma redução no efetivo permanente da tropa para apenas 27,5%. (Folha de São Paulo – Mercado – 11/04/17; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 14/04/17)

#### 9- Missão de paz no Haiti encerrar-se em 2017

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou o término oficial da Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (Minustah) para o dia 15/10/17. A missão era comandada pelo Brasil desde 2004. Segundo os periódicos, entrará em vigor a Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti, cuja meta é, em um prazo de dois anos, auxiliar na construção e consolidação da polícia nacional haitiana. Segundo a *Folha*, 36.058 militares teriam passado pelo Haiti ao longo dos 13 anos de vigência da missão e o Brasil teria gasto R\$ 2,55 bilhões nas operações, tendo recebido R\$ 930 milhões em reembolso da ONU. O periódico lembrou que, em notícia anterior, o ministro da Defesa, Raul Jungmann, afirmou que o Brasil almeja assumir nova missão de paz após a saída das tropas do Haiti. (*Correio Braziliense – Mundo – 14/04/17*; *Folha de S. Paulo – Mundo – 14/04/17*; *O Estado de S. Paulo – Internacional – 14/04/17*)

#### 10- Cenipa concluiu relatório sobre acidente aéreo envolvendo filho de governador

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), vinculado à Força Aérea Brasileira (FAB), concluiu relatório sobre o acidente aéreo que matou o filho do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, além de outras quatro pessoas, em 2015. Segundo o relatório, componentes da direção da aeronave estavam desconectados e houve falha no trabalho dos profissionais de manutenção: “a rotina de trabalho dos profissionais da organização de manutenção era suscetível a interferências e interrupções que promoviam quebra na sequência das atividades desenvolvidas”. A empresa Helipark, dona da aeronave, expressou discordância com o relatório afirmando que: “as verdadeiras causas do acidente com o helicóptero PP-LLS, no dia 02 de abril de 2015, precisam ser devidamente apuradas, pois o relatório do Cenipa repete apressada manifestação de quase dois anos da autoridade aeronáutica, que é baseada em argumentação do fabricante da aeronave” (*Folha de S. Paulo – Cotidiano – 14/04/17*)

#### **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense –[www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo –[www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo –[www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra do *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

**Equipe:**

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Cristal de Moraes Siqueira (Supervisora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Fabiane Serrão Cortes Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Fernanda Portela Lopes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduanda em Relações Internacionais); Guilherme Coscrato Rasquini (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Leonardo Dias de Paula (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista FAPESP); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Sophia Teixeira e Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Stephanie Loli Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).